



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alfredo Gaspar
União Brasil - AL

Apresentação: 11/07/2023 19:57:59.597 - CPI/MST

REQ n.313/2023

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRIO – MST
REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(DO SR. ALFREDO GASPAR)

Requer que seja convidada a prefeita de Juiz de Fora – MG, Maria Margarida Martins Salomão (PT-MG), para prestar esclarecimentos sobre a compra de arroz orgânico, pela prefeitura, de cooperativa ligada ao MST.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58 §3º da Constituição Federal e no art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidada a prefeita de Juiz de Fora – MG, Maria Margarida Martins Salomão (PT-MG), para prestar esclarecimentos sobre a compra de arroz orgânico, pela prefeitura, de cooperativa ligada ao MST.

JUSTIFICAÇÃO

A prefeitura de Juiz de Fora – MG fechou contrato, em maio deste ano, com uma cooperativa (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região Porto Alegre LTDA – Cootap) ligada ao MST para a compra de 19 mil quilos de arroz orgânico. As informações foram publicadas no Portal da Transparência¹.

O valor contratado por cada unidade de 05 quilos de arroz orgânico foi de R\$ 43,06 (quarenta e três reais e seis centavos). No total, foram pagos R\$ 818.000,00 (oitocentos e dezoito mil reais) à cooperativa. De

¹ <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/07/prefeita-do-pt-vira-alvo-de-polemica-apos-gastar-r-818-mil-em-arroz-organico-de-cooperativa-ligada-ao-mst.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alfredo Gaspar
União Brasil - AL

acordo com a gestão da prefeitura, toda a compra seguiu os ritos legais, com recursos advindos do governo federal, priorizando a agricultura familiar e de produtos orgânicos.

No entanto, causa espécie o valor despendido na compra do arroz orgânico, sendo que arroz similar pode ser encontrado no mercado tradicional com valores mais acessíveis. Portanto, é necessário que esta CPI compreenda se o preço praticado condiz com o interesse público e com a real necessidade apontada no ato de contratação. Além disso, precisamos ter ciência se todos os ritos legais de contratação foram corretamente respeitados no âmbito do interesse da administração pública e do adequado uso de recursos públicos oriundos do governo federal.

Outro ponto importante é que esta CPI compreenda, já que a gestão da prefeitura se utilizou do argumento de priorização da agricultura familiar, por que a cooperativa contratada é de outro estado e não se privilegiou a agricultura familiar de produtores locais do estado de Minas Gerais?

Sendo assim, solicito aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente requerimento. O convite à prefeita, filiada desde 2002 ao PT, torna-se uma importante iniciativa para esclarecimentos da gestão da coisa pública, dada a ligação histórica do partido com o MST em todo o território nacional.

Sala da Comissão, de julho de 2023.

ALFREDO GASPAR
Deputado Federal
União Brasil - AL

